Estado de Santa Catarina

Prefeitura de
Dionísio
Cerqueira

CADERNO DE PROVA
TIPO 2

Edital de Processo Seletivo n° 004/2026

ADVOGADO



AMEOSC
Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes no verso desta capa.

ATENÇÃO! LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR.

- ***Verifique o tipo de prova indicado na capa deste caderno de prova e preencha corretamente o campo correspondente no cartão-resposta.***
- ***O cartão-resposta é o único documento válido para a correção da prova objetiva e não será substituído em hipótese alguma.***
- ***O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após decorridos 30 (trinta) minutos do início da aplicação da prova.***
- ***A interpretação das questões faz parte da avaliação, não sendo permitidos esclarecimentos ou consultas aos fiscais sobre o conteúdo da prova.***

CONFERÊNCIA DO CADERNO DE PROVA

- Confira se este caderno de prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se contém **20 (vinte) questões**, numeradas de **1 a 20**.
- Verifique se há falhas de impressão, páginas faltantes, questões ilegíveis ou qualquer outra imperfeição gráfica que possa comprometer a compreensão da prova. Eventuais irregularidades deverão ser comunicadas imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações após o término da prova.
- Os cadernos de prova possuem 4 (quatro) tipos diferentes. O conteúdo das questões é idêntico para todos os candidatos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e das alternativas.

PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

- Cada questão da prova objetiva apresenta 4 (quatro) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, sendo apenas uma delas a resposta correta.
- Todas as respostas deverão ser transcritas para o cartão-resposta, que constitui o único documento válido para a correção da prova objetiva.
- Preencha o tipo de prova e assinale a alternativa que considerar correta conforme o exemplo apresentado a seguir:

✓ **Forma CORRETA:** ● ✗ **Forma ERRADA:** ◉ ◕ ✓ ⊘ ⊘ ⊗ Ⓐ

MATERIAIS PERMITIDOS

- Mantenha sobre a carteira apenas:
  – documento oficial de identificação;
  – caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
  – recipiente transparente contendo água, sem rótulo ou etiqueta.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **2h30 (duas horas e trinta minutos)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
- O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se simultaneamente, após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Comunicar-se com outros candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Realizar consultas de qualquer natureza, inclusive por meio de materiais impressos, equipamentos eletrônicos ou quaisquer outros recursos.
- Ausentar-se da sala sem o acompanhamento de um fiscal.
- Utilizar o banheiro após a entrega do cartão-resposta.
- Permanecer no local de realização das provas após a entrega do cartão-resposta e o encerramento de sua participação no certame.

ENCERRAMENTO

- Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o **cartão-resposta** devidamente **preenchido** e **assinado**.
- Após a entrega do cartão-resposta, retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

BOA PROVA!

AMEOSC
Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

Conhecimentos Específicos

Questão 01

O controle interno de um Município catarinense realizou auditoria em procedimentos administrativos referentes à aquisição de materiais de expediente. Ao examinar documentos produzidos no exercício anterior, a equipe identificou falhas na instrução de determinados processos, incluindo ausência de justificativas suficientemente detalhadas e inconsistências em registros administrativos.

O relatório preliminar apontou que os materiais haviam sido efetivamente entregues e utilizados pelas unidades municipais. Também informou que, até aquele momento, não haviam sido encontrados elementos capazes de demonstrar a intenção dos agentes envolvidos de alcançar resultado ilícito, tampouco indícios de favorecimento pessoal.

O secretário responsável encaminhou o relatório à Procuradoria Jurídica e solicitou orientação sobre a possibilidade de classificar imediatamente as falhas como atos de improbidade administrativa. O pedido destacou que a Administração pretendia corrigir seus procedimentos e apurar eventuais responsabilidades, observando os requisitos exigidos pela legislação vigente.

À luz da Lei Federal nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

(A) As falhas exigem apuração dos requisitos legais da improbidade, inclusive do dolo e da tipicidade da conduta, sem prejuízo de outras responsabilidades eventualmente cabíveis.

(B) As falhas administrativas descritas deverão ser automaticamente qualificadas como improbidade, pois o descumprimento de formalidades comprova a intenção ilícita exigida pela legislação.

(C) As irregularidades relatadas autorizam responsabilização por improbidade mediante demonstração de negligência funcional, dispensada a identificação de conduta dolosa tipificada na legislação.

(D) As irregularidades deverão ser consideradas juridicamente irrelevantes sempre que houver entrega dos materiais, afastando a possibilidade de responsabilização administrativa dos agentes envolvidos.

Questão 02

A Prefeitura de Bela Vista do Norte elaborou proposta legislativa destinada a conceder benefício tributário a determinados contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A iniciativa tinha como objetivo estimular a recuperação de imóveis localizados em uma região antiga do Município, incentivando proprietários a realizar melhorias nas edificações e na conservação de suas fachadas.

Durante a elaboração do projeto, a Secretaria Municipal da Fazenda informou que o benefício provocaria redução na arrecadação prevista para os exercícios seguintes. Apesar disso, o texto inicialmente encaminhado à Procuradoria Jurídica não estava acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nem demonstrava o atendimento das demais exigências previstas na legislação fiscal.

O prefeito solicitou parecer sobre a viabilidade jurídica da proposta, considerando a necessidade de compatibilizar os objetivos urbanísticos do programa com as regras de responsabilidade na gestão das receitas públicas.

Ao examinar o processo, o advogado municipal deverá observar as condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 para a concessão de benefícios tributários que impliquem renúncia de receita.

Assinale a alternativa correta.

(A) A proposta poderá dispensar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro quando o benefício estiver associado à valorização urbana, mediante justificativa expressa do prefeito municipal.

(B) A proposta poderá considerar a estimativa de benefícios econômicos futuros como substitutiva dos requisitos fiscais, desde que a Câmara Municipal aprove expressamente essa fundamentação.

(C) A proposta deverá apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício inicial e nos dois seguintes, observar a LDO e atender a uma das condições legais previstas.

(D) A proposta dependerá de autorização prévia do Tribunal de Contas estadual para produzir efeitos, sendo essa aprovação suficiente para afastar as demais exigências fiscais.

Questão 03

Uma servidora aposentada ajuizou ação de cobrança contra o Município de Campo Verde, alegando diferenças remuneratórias relativas a período anterior à aposentadoria. Após regular tramitação, a demanda foi julgada procedente e a decisão transitou em julgado, reconhecendo a obrigação municipal de pagar determinada quantia.

A credora apresentou requerimento de cumprimento de sentença, acompanhado de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. O juízo determinou a intimação da Fazenda Pública municipal, na pessoa de seu representante judicial, para manifestação no prazo previsto na legislação processual.

Ao receber a comunicação, o procurador responsável identificou possível excesso no valor executado, decorrente da aplicação de índice de atualização diverso daquele definido no título judicial. Antes de apresentar sua manifestação, solicitou à equipe de cálculos a elaboração de demonstrativo que permitisse indicar o valor considerado correto.

Diante desse cenário, a Procuradoria precisou definir a medida processual adequada para discutir o excesso de

execução.

Com fundamento no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) O Município deverá apresentar contestação complementar no prazo de trinta dias, requerendo a reabertura da fase de conhecimento.

(B) O Município poderá apresentar recurso de apelação contra o demonstrativo da credora, com pedido de suspensão automática do cumprimento de sentença.

(C) O Município deverá apresentar embargos à execução no prazo de quinze dias, condicionados à garantia integral do juízo por depósito judicial.

(D) O Município poderá apresentar impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de trinta dias, indicando o valor que entende correto ao alegar excesso de execução.

Questão 04

A Secretaria Municipal da Fazenda realizou levantamento dos créditos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e identificou contribuintes em situações distintas de cobrança. Parte dos débitos estava vencida e sem contestação; outros haviam sido objeto de impugnações administrativas regularmente apresentadas; e determinado grupo de contribuintes havia solicitado parcelamento previsto na legislação municipal.

Durante a reunião de acompanhamento da arrecadação, a Procuradoria Jurídica foi consultada sobre os efeitos dessas situações na exigibilidade dos créditos tributários. A questão ganhou importância porque a Administração pretendia encaminhar novos créditos à cobrança judicial, mas precisava distinguir débitos exigíveis daqueles cuja exigibilidade estava temporariamente suspensa.

O procurador responsável esclareceu que o Código Tributário Nacional estabelece hipóteses específicas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, sendo necessário identificar corretamente os efeitos de cada instituto.

Considerando as situações apresentadas e as disposições do Código Tributário Nacional, analise as sentenças abaixo:

I.O parcelamento regularmente concedido na forma da legislação aplicável suspende a exigibilidade do crédito tributário enquanto subsistirem seus efeitos legais.

II.As impugnações e os recursos administrativos apresentados nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

III.O pagamento integral do tributo representa hipótese de suspensão temporária da exigibilidade, permitindo a retomada posterior da cobrança do mesmo crédito.

É correto o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, II e III.

(D) I e III, apenas.

Questão 05

Uma empresa participante de procedimento administrativo municipal teve seu pedido de autorização para determinada atividade indeferido por decisão formal da autoridade competente. Ao receber a comunicação, seu representante apresentou à assessoria jurídica documentos que, segundo alegou, demonstravam o cumprimento integral dos requisitos legais. A decisão administrativa foi acompanhada da indicação dos fundamentos utilizados pelo órgão público, permitindo identificar os fatos e documentos considerados.

O advogado responsável examinou a possibilidade de utilização do mandado de segurança para questionar o ato, considerando que a controvérsia poderia ser resolvida mediante prova documental já constituída. Também foi solicitado esclarecimento sobre o prazo para impetração, a natureza do direito protegido e a necessidade de produção de provas no procedimento judicial.

Para orientar a análise, foram formuladas quatro afirmações relacionadas à Lei Federal nº 12.016/2009 e à proteção jurisdicional de direitos líquidos e certos.

Sobre o mandado de segurança, julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__)O mandado de segurança pode proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, diante de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública.

(__)O prazo legal de 120 dias para requerer mandado de segurança é contado, como regra, da publicação da sentença que examinar o ato administrativo questionado.

(__)A demonstração do direito líquido e certo pressupõe prova pré-constituída dos fatos essenciais, sendo inadequada a via para controvérsia que exija dilação probatória.

(__)O mandado de segurança admite condenação ordinária ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme a regra geral prevista no Código de Processo Civil.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

(A) V, F, F, V.

(B) F, V, V, F.

(C) V, F, V, F.

(D) V, V, F, F.

Questão 06

O Município de Vale Sereno, situado no interior de Santa Catarina, identificou um aumento significativo de reclamações relacionadas ao funcionamento de estabelecimentos comerciais nas proximidades de escolas e unidades de saúde. Os moradores relataram problemas com ruídos, ocupação irregular de calçadas e

descumprimento de horários estabelecidos pela legislação local. Diante desse cenário, o prefeito solicitou à Procuradoria Jurídica Municipal a elaboração de parecer sobre a possibilidade de encaminhar à Câmara Municipal um projeto de lei destinado a disciplinar aspectos locais do funcionamento desses estabelecimentos.

Na análise preliminar, a equipe técnica constatou que a proposta trataria de horários de funcionamento, organização do espaço urbano e medidas administrativas de fiscalização, respeitadas as normas federais e estaduais aplicáveis. Um assessor, entretanto, questionou se o Município possuiria competência constitucional para legislar sobre tais matérias, considerando a existência de normas editadas por outros entes federativos.

À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) O Município poderá legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, observadas as competências constitucionais.

(B) O Município poderá regulamentar as atividades comerciais locais por decreto executivo autônomo, dispensando a edição de lei mesmo quando necessária inovação normativa primária.

(C) O Município poderá estabelecer normas gerais de direito econômico com alcance estadual, desde que demonstre a existência de interesse administrativo na regulamentação proposta.

(D) O Município poderá disciplinar a matéria mediante autorização legislativa estadual específica, pois a regulamentação das atividades econômicas locais depende de delegação do Estado.

Questão 07

A Prefeitura de Santa Aurora iniciou o planejamento de uma licitação para contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de prédios públicos municipais. A contratação foi considerada necessária em razão das condições identificadas em escolas, unidades de saúde e instalações administrativas, cujos relatórios de vistoria apontaram problemas estruturais que exigiam atendimento programado.

Após a conclusão dos estudos técnicos e da elaboração dos documentos preparatórios, o processo foi encaminhado ao setor de licitações. Na ocasião, servidores recém-designados para atuar no procedimento apresentaram dúvidas sobre a ordem das etapas, especialmente quanto ao momento destinado à apresentação das propostas, ao julgamento e à habilitação dos licitantes.

A Procuradoria Jurídica Municipal foi consultada para esclarecer a sequência legal ordinária do procedimento, considerando que a Administração não havia previsto a antecipação da fase de habilitação no instrumento convocatório.

Para organizar o procedimento, foram relacionadas quatro fases da licitação, apresentadas fora de sua ordem habitual.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem legal ordinária dessas fases, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

(__)Habilitação.

(__)Divulgação do edital de licitação.

(__)Julgamento.

(__)Apresentação de propostas e lances, quando for o caso.

A ordem correta da organização é:

(A) Divulgação do edital → Apresentação de propostas e lances → Julgamento → Habilitação.

(B) Apresentação de propostas e lances → Divulgação do edital → Julgamento → Habilitação.

(C) Divulgação do edital → Habilitação → Apresentação de propostas e lances → Julgamento.

(D) Divulgação do edital → Julgamento → Apresentação de propostas e lances → Habilitação.

Questão 08

A Procuradoria Jurídica do Município de Porto das Araucárias recebeu minuta de projeto de lei destinada a instituir procedimentos de atendimento ao cidadão nos órgãos da Administração Pública municipal. A proposta havia sido elaborada por equipe técnica da Secretaria de Administração, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a organização dos serviços e a padronização de informações prestadas ao público.

Na revisão preliminar, o advogado responsável identificou problemas de estruturação do texto normativo. A minuta apresentava disposições administrativas antes de indicar claramente seu objeto e âmbito de aplicação, além de reunir matérias sem relação direta com a finalidade principal da proposta.

O secretário solicitou orientação sobre as correções necessárias para que o projeto observasse as regras de elaboração, redação e alteração das leis. A análise deveria considerar a estrutura prevista na Lei Complementar nº 95/1998, especialmente a organização das partes do texto legal e a delimitação da matéria disciplinada.

Considerando as regras de técnica legislativa aplicáveis, assinale a alternativa correta.

(A) O projeto deverá concentrar suas disposições substantivas na parte final da lei, reservando os artigos iniciais para procedimentos internos de tramitação legislativa.

(B) O projeto deverá indicar seu objeto e âmbito de aplicação no primeiro artigo, organizando as disposições normativas de forma coerente com a matéria disciplinada.

(C) O projeto poderá reunir matérias administrativas sem pertinência entre si, desde que todas sejam de competência municipal e estejam acompanhadas de justificativa técnica.

(D) O projeto deverá iniciar diretamente pelas regras de execução administrativa, deixando a definição de seu objeto para a exposição de motivos que acompanhará a proposição legislativa.

Questão 09

A Procuradoria Jurídica do Município de Monte Claro foi intimada eletronicamente em processo judicial no qual a Administração figurava como parte ré. A demanda envolvia pedido de indenização formulado por particular em razão de suposto dano causado durante a execução de um serviço público municipal.

Ao organizar o acompanhamento da ação, um advogado recém-ingresso no quadro funcional questionou as regras aplicáveis à contagem dos prazos processuais da Fazenda Pública. O servidor responsável explicou que o Código de Processo Civil estabelece prerrogativas específicas para determinadas pessoas jurídicas de direito público, com repercussões sobre os prazos e a forma de intimação.

Na mesma reunião, também foram discutidas situações em que a legislação estabelece prazo próprio para manifestação processual, bem como a aplicação das regras ordinárias de contagem dos prazos em dias úteis.

Com o objetivo de orientar o acompanhamento dos processos municipais, foram formuladas quatro afirmações referentes às disposições do Código de Processo Civil.

Sobre os prazos processuais da Fazenda Pública, julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__)O Município possui prazo em dobro para suas manifestações processuais, cuja contagem tem início a partir de sua intimação pessoal, ressalvadas as hipóteses legais específicas.

(__)A intimação pessoal da Fazenda Pública pode ocorrer por carga, remessa ou meio eletrônico, conforme as modalidades previstas no Código de Processo Civil.

(__)A existência de prazo expressamente estabelecido em lei para o ente público afasta a aplicação do benefício da contagem em dobro previsto na regra geral.

(__)A contagem dos prazos processuais da Fazenda Pública ocorre em dias corridos, ainda que se trate de prazo processual fixado em dias pelo Código de Processo Civil.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

(A) F, F, V, F.

(B) V, F, V, V.

(C) V, V, V, F.

(D) F, V, F, V.

Questão 10

A Procuradoria Jurídica do Município de Rio das Palmeiras recebeu solicitação para auxiliar na atualização do cadastro patrimonial da Administração. O levantamento realizado pela Secretaria de Administração identificou bens com diferentes destinações, entre eles uma praça aberta à população, um prédio utilizado como sede administrativa e um terreno municipal sem utilização pública específica.

Os servidores responsáveis pelo inventário verificaram que os imóveis estavam regularmente registrados, mas apresentavam dúvidas sobre sua classificação jurídica. A definição foi considerada relevante para orientar futuras decisões administrativas relacionadas à destinação, à utilização e à eventual alienação dos bens.

O procurador municipal explicou que a classificação prevista no Código Civil considera a forma de utilização e a destinação atribuída aos bens públicos. Para consolidar o procedimento de cadastramento, solicitou que a equipe relacionasse as categorias jurídicas às situações identificadas, considerando que os bens mencionados pertencem ao Município.

Associe as colunas abaixo, relacionando as categorias dos bens públicos às respectivas situações.

Coluna 1: Categorias

1.Bens de uso comum do povo.

2.Bens de uso especial.

3.Bens dominicais.

Coluna 2: Situações

(__)Prédio municipal destinado ao funcionamento permanente de uma secretaria pública.

(__)Terreno integrante do patrimônio municipal, sem destinação a serviço ou uso público específico.

(__)Praça pública destinada à circulação, permanência e convivência da população.

Assinale a alternativa que contém a associação correta, de cima para baixo.

(A) 3, 2, 1.

(B) 1, 3, 2.

(C) 2, 3, 1.

(D) 2, 1, 3.

Questão 11

O setor de arrecadação de um Município catarinense encaminhou à Procuradoria Jurídica diversos processos referentes a créditos inscritos em Dívida Ativa, com o objetivo de avaliar sua cobrança judicial. Entre os documentos recebidos, constavam Certidões de Dívida Ativa (CDAs), demonstrativos de valores e informações cadastrais dos devedores.

Ao verificar a documentação, um procurador observou que determinada certidão apresentava o nome do contribuinte e o valor atualizado do débito, mas omitia

informações necessárias à identificação da origem da obrigação e de seu fundamento legal. O documento também não indicava adequadamente o termo inicial e a forma de cálculo dos encargos exigidos.

Antes do ajuizamento da execução fiscal, a chefia da Procuradoria solicitou manifestação sobre a regularidade formal do título e sobre a possibilidade de utilizar a certidão nas condições apresentadas.

A análise deveria considerar os requisitos definidos pela Lei Federal nº 6.830/1980 para a inscrição em Dívida Ativa e a emissão da respectiva certidão.

Assinale a alternativa correta.

(A) A certidão poderá instruir a execução fiscal com os dados disponíveis, pois a identificação do devedor e do valor cobrado dispensa a indicação da origem do crédito.

(B) A certidão poderá suprir as informações omitidas mediante declaração apresentada pelo procurador na petição inicial, sem necessidade de regularização do título executivo.

(C) A certidão deverá conter os elementos legalmente exigidos, incluindo origem, natureza e fundamento da dívida, cabendo sua regularização antes do ajuizamento da execução.

(D) A certidão dependerá de reconhecimento judicial prévio da validade do crédito inscrito, ainda que apresente todos os elementos previstos na legislação de execução fiscal.

Questão 12

O Município de Serra Bonita iniciou estudos para revisar seu Plano Diretor, aprovado há aproximadamente doze anos. Desde sua elaboração, a cidade passou por mudanças significativas, incluindo expansão de bairros residenciais, instalação de novos empreendimentos e aumento da demanda por equipamentos públicos.

A Secretaria Municipal de Planejamento elaborou diagnóstico territorial e apresentou proposta de atualização das diretrizes de desenvolvimento urbano. Entretanto, parte da equipe administrativa sugeriu que a revisão fosse realizada internamente, com participação restrita aos técnicos municipais, sob o argumento de que a matéria exigiria conhecimentos especializados.

A Procuradoria Jurídica foi consultada para avaliar a regularidade do procedimento, especialmente quanto à periodicidade de revisão da legislação e à participação da população. O advogado responsável destacou que o Estatuto da Cidade estabelece exigências relacionadas à elaboração, à revisão e à fiscalização da implementação do Plano Diretor.

Para orientar a condução do processo legislativo municipal, foram formuladas as seguintes sentenças sobre o regime jurídico do Plano Diretor.

Analise as sentenças abaixo:

I.A lei que institui o Plano Diretor deve ser revista, pelo menos, a cada dez anos, conforme a periodicidade estabelecida pelo Estatuto da Cidade.

II.A realização de audiências públicas na revisão do Plano Diretor pode ser substituída integralmente por manifestação técnica interna, desde que exista justificativa administrativa.

III.O Poder Público municipal deve assegurar publicidade aos documentos e informações produzidos e acesso dos interessados durante o processo de elaboração do Plano Diretor.

É correto o que se afirma em:

(A) I, II e III.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I e II, apenas.

Questão 13

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente recebeu sucessivas denúncias de descarte irregular de resíduos industriais em um curso d'água localizado próximo a uma área de preservação permanente. Após diligências realizadas pela fiscalização ambiental, foram produzidos relatórios técnicos, registros fotográficos e análises demonstrando a existência de danos ambientais atribuídos a uma empresa instalada no território municipal.

Apesar das notificações administrativas expedidas, a empresa continuou realizando parte das atividades apontadas como prejudiciais. Diante da necessidade de interromper a conduta e promover a recuperação ambiental, o secretário encaminhou os documentos à Procuradoria Jurídica do Município, solicitando avaliação sobre as medidas judiciais cabíveis.

Em reunião administrativa, surgiu a dúvida sobre a legitimidade do próprio Município para ajuizar demanda coletiva destinada à proteção do meio ambiente. Um dos participantes sustentou que a atuação judicial caberia ao Ministério Público, enquanto outro defendeu a possibilidade de iniciativa municipal.

Considerando a Lei Federal nº 7.347/1985, assinale a alternativa correta.

(A) O Município poderá atuar judicialmente na proteção ambiental mediante autorização prévia do Ministério Público, ao qual compete decidir sobre o ajuizamento da ação civil pública.

(B) O Município poderá ajuizar ação civil pública para proteção ambiental mediante delegação judicial específica, formalizada antes da apresentação do pedido de reparação do dano.

(C) O Município deverá limitar sua atuação às sanções administrativas ambientais, pois a legitimidade para a ação civil pública pertence aos órgãos estaduais de fiscalização.

(D) O Município possui legitimidade para propor ação civil pública destinada à proteção ambiental, podendo requerer obrigações de fazer ou não fazer relacionadas ao dano identificado.

Questão 14

A Secretaria Municipal de Educação celebrou contrato administrativo para prestação contínua de serviços de manutenção em equipamentos utilizados nas cozinhas das escolas públicas. O instrumento contratual estabeleceu obrigações relacionadas ao atendimento preventivo, à substituição de componentes e ao cumprimento de prazos para correção de falhas, sendo formalmente designado um servidor para acompanhar sua execução.

No terceiro mês de vigência, o fiscal constatou que a contratada deixou de realizar determinadas visitas programadas e apresentou registros incompletos das atividades executadas. Em razão dessas ocorrências, o servidor encaminhou mensagem informal ao representante da empresa, mas deixou de realizar anotações no processo administrativo, por entender que a documentação seria necessária somente se houvesse aplicação de penalidade.

Ao tomar conhecimento da situação, o secretário solicitou parecer jurídico sobre os procedimentos adequados de fiscalização, especialmente quanto ao registro das irregularidades e à comunicação de situações que dependam de decisão superior.

Considerando a Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

(A) O fiscal deverá registrar as ocorrências da execução, determinar as providências de sua competência e informar aos superiores situações que exijam decisões além de suas atribuições.

(B) O fiscal poderá transferir integralmente suas atribuições à empresa contratada, mantendo a responsabilidade municipal restrita à conferência dos pagamentos efetuados.

(C) O fiscal deverá encaminhar as irregularidades diretamente ao Poder Judiciário, independentemente de providências administrativas ou comunicação à autoridade responsável pelo contrato.

(D) O fiscal poderá substituir os registros administrativos por comunicações informais à contratada, desde que as irregularidades sejam corrigidas antes do encerramento contratual.

Língua Portuguesa

Questão 15

As regras ortográficas estabelecem critérios para a formação e a grafia das palavras, incluindo o emprego do hífen em construções formadas com prefixos. A aplicação dessas regras exige observar os elementos que entram na composição do vocábulo e as letras que se encontram no ponto de união.

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I.A forma "antissocial" é grafada sem hífen e com duplicação da consoante "s".

PORQUE

II.Nas formações com prefixo terminado em vogal, diante de palavra iniciada por "r" ou "s", elimina-se o hífen e duplica-se essa consoante.

Assinale a alternativa correta.

(A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

Questão 16

A leitura amplia o repertório de quem mantém contato frequente com diferentes gêneros, e esse hábito favorece a compreensão de novas ideias. Muitas pessoas percebem que determinados textos exigem maior atenção quando apresentam conceitos pouco familiares.

Considerando as relações sintáticas estabelecidas no trecho, assinale a alternativa correta.

(A) A oração "que determinados textos exigem maior atenção" é subordinada substantiva objetiva direta, pois completa o sentido do verbo "percebem" sem preposição.

(B) A oração "quando apresentam conceitos pouco familiares" é subordinada adverbial causal, pois indica a razão que determina a exigência de maior atenção.

(C) A oração "quando apresentam conceitos pouco familiares" é subordinada adverbial condicional, pois estabelece uma condição para que determinados textos exijam maior atenção.

(D) A oração "e esse hábito favorece a compreensão de novas ideias" é subordinada adverbial consecutiva, pois apresenta uma consequência vinculada à prática da leitura.

Questão 17

Os tipos textuais apresentam formas distintas de organização da linguagem e são reconhecidos pelas características que estruturam o conteúdo. Narração, descrição, argumentação, exposição e injunção estabelecem diferentes relações entre as informações e a finalidade do texto.

Sobre os tipos textuais, analise as assertivas a seguir:

I.Na tipologia narrativa, os acontecimentos articulam-se em uma sequência que envolve ações, mudanças e

desenvolvimento temporal.

II.Na tipologia descritiva, a caracterização de seres, objetos, ambientes ou situações organiza o conteúdo por meio da apresentação de seus aspectos.

III.Na tipologia expositiva, a organização das informações sustenta uma tese por meio de argumentos articulados em defesa de determinado posicionamento.

IV.Na tipologia injuntiva, a linguagem organiza orientações dirigidas ao destinatário, indicando ações ou procedimentos a serem realizados em determinada sequência.

Assinale a alternativa correta.

(A) II, III e IV estão corretas.

(B) I, II e III estão corretas.

(C) I, III e IV estão corretas.

(D) I, II e IV estão corretas.

Conhecimentos Gerais

Questão 18

A posição de Dionísio Cerqueira na fronteira com a Argentina influencia sua dinâmica econômica. Além das atividades relacionadas à agricultura, o município apresenta circulação de pessoas e mercadorias e dispõe de infraestrutura aduaneira associada ao comércio internacional. Considerando as relações entre localização geográfica e economia municipal, analise as assertivas:

I.A presença de infraestrutura aduaneira favorece atividades relacionadas aos fluxos de importação e exportação.

II.A localização na fronteira pode estimular atividades comerciais e de serviços vinculadas à circulação de pessoas e mercadorias.

III.A relevância do comércio internacional torna incompatível a manutenção de atividades agropecuárias na economia do município.

IV.A posição fronteiriça pode ampliar a importância econômica de atividades de transporte, logística e prestação de serviços.

V.A existência de uma fronteira internacional elimina a influência das atividades econômicas desenvolvidas no espaço rural do município.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II e V, apenas.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

Questão 19

A incorporação de uma nova vacina pneumocócica ao Sistema Único de Saúde ampliou a proteção oferecida às crianças contra diferentes tipos da bactéria responsável por doenças como pneumonia e meningite. Considerando a importância dessa medida para a saúde pública, assinale a alternativa correta.

(A) A incorporação de nova vacina permite substituir ações de vigilância das doenças pneumocócicas pelo acompanhamento periódico da cobertura de imunização.

(B) A ampliação da cobertura vacinal pode reduzir formas graves de doenças pneumocócicas e contribuir para diminuir complicações e internações.

(C) A oferta de vacina com proteção mais abrangente permite restringir as demais medidas preventivas aos períodos de maior circulação das doenças pneumocócicas.

(D) A ampliação da cobertura vacinal permite concentrar medidas preventivas nas crianças vacinadas e reduzir o acompanhamento dos demais grupos vulneráveis.

Questão 20

O art. 24 da Lei Orgânica do Município de Dionísio Cerqueira (SC) disciplina a possibilidade de instituição de regime de previdência complementar para determinada categoria de agentes públicos municipais. Considerando exclusivamente as disposições do artigo, assinale a alternativa correta.

(A) O Município poderá instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observados o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e a Constituição Federal.

(B) O Município deverá instituir, mediante ato do Poder Executivo, regime de previdência complementar para todos os agentes públicos municipais, independentemente da natureza do vínculo funcional, observados o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

(C) O Município poderá instituir regime de previdência complementar para servidores efetivos, sem vinculação ao limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para aposentadorias e pensões do regime próprio.

(D) O Município poderá instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Legislativo, regime de previdência complementar destinado aos servidores efetivos e aos ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

AMEOSC

Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

(49) 3621-0795

ameosc@ameosc.org.br

Segundo Aníbal Balbinot, 189
Agostini, São Miguel do Oeste/SC

@ameoscoficial

www.ameosc.org.br